

A fronteira entre movimentos sociais e Estado: estudo do Movimento Brasil Livre nas redes sociais digitais

Caroline Bandeira de Brito Melo

Mestranda, Universidade Federal do Piauí – UFPI

Ao lado da teoria dos novos movimentos sociais e da teoria do confronto político, surge uma literatura que enfoca a existência de redes sociais nas quais participam conjuntamente Estado e movimentos sociais. Partindo dessa premissa, a pesquisa tem como objetivo desvendar as estratégias utilizadas pelo Movimento Brasil Livre (MBL) nas redes sociais digitais (Facebook, Twitter e Instagram) que objetivam influenciar na tomada de decisões do Senado Federal acerca Projeto de Lei Complementar (PLC) n. 28/2017 que regulamenta o transporte privado individual de passageiros. Na análise, buscou-se compreender quais das estratégias apresentaram mais repercussão entre os seguidores. Para tanto, primeiramente, foi realizada uma análise das publicações nas redes sociais digitais do movimento, posteriormente, foram contabilizados dados através de um aplicativo denominado “quintly”. Os resultados indicam que o Movimento Brasil Livre influencia suas decisões principalmente publicando fotos e vídeos em que incentivam seus seguidores a pressionarem o poder público. O estudo contribui com a área de pesquisa ao desvendar as relações e estratégias de movimentos que utilizam a internet como forma de influenciar as decisões de políticos eleitos.

Palavras-chave: movimentos sociais; redes sociais digitais; Movimento Brasil Livre.

INTRODUÇÃO

O Movimento Brasil Livre (MBL) surgiu no Brasil em 2014 e teve forte atuação no ciclo de manifestações contrárias ao governo Dilma Rousseff que ocorreram no Brasil durante o ano de 2015, culminado com o impeachment da ex-presidente. O MBL se comunica com seus apoiadores principalmente por meio das redes sociais digitais. Em suas páginas nas redes sociais são postadas críticas ao Partido dos Trabalhadores (PT), partido da ex-presidente, e ideários considerados por eles como próximos à esquerda, ao mesmo tempo em que defendem projetos e políticos alinhados à sua proposta de atuação.

Embora parte da literatura sobre movimentos sociais considere a autonomia em relação ao Estado como um pressuposto de ação que garante mais organicidade e autenticidade ao movimento, o MBL é um exemplo de movimento social que elege membros,

apoia outros políticos, atua na esfera parlamentar e tem políticos eleitos que defendem seus projetos. Em suma, são diversas as formas de interação entre o movimento social e o Estado quando se analisa o MBL.

No Brasil tem ganhado importância uma literatura que ressalta a inter-relação entre Estado e movimento social (ABERS; VON BÜLOW, 2011; DOWBOR, 2012; ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014; LAVALLE; SZWAKO, 2015; LAVALLE *et al.*, 2017). Conforme esses estudos, os movimentos sociais não devem ser estudados apartados das instituições estatais, pois ambos se influenciam mutuamente.

Assumindo a relação entre sociedade civil e Estado, os estudos sobre movimentos sociais recentes procuram pistas sobre como examinar tal relação. Nessa seara, destaca-se o trabalho de Abers e Von Bülow (2011) que aponta a utilidade do conceito de redes para examinar a presença de movimentos sociais no Estado e vice-versa. Na prática, os movimentos sociais se entrelaçam ao Estado por meio da construção de canais de colaboração (ABERS; VON BÜLOW, 2011).

Conforme dois autores que se destacam na interpretação dos movimentos sociais como redes, Diani e Bison (2010), as redes de interações informais formadas por uma pluralidade de indivíduos, grupos ou associações são centrais para a definição de movimentos sociais, sem excluir a importância da identidade coletiva e do conflito estabelecido pelo movimento. Além do foco nas redes de relações entre indivíduos e movimentos sociais, tem ganhado destaque os estudos que tratam da importância das redes sociais digitais na circulação de informações e mobilização de movimentos sociais (CASTELLS, 2013).

Os referenciais teóricos sobre redes permitem o olhar sobre as diferentes estratégias de interlocução entre Estado e movimentos sociais, principalmente em um contexto em que as interações sociais ocorrem, cada vez mais, por meio de redes sociais materializadas na internet.

Partindo então da premissa que movimentos sociais e Estado se relacionam e de que o estudo de redes pode ser uma forma de compreender tal interação, a presente pesquisa explora as ligações entre o Movimento Brasil Livre (MBL) com políticos eleitos como representantes nas principais redes sociais digitais utilizadas pelo movimento: o Facebook, Twitter e Instagram. O objetivo é verificar as estratégias mais utilizadas pelo movimento para influenciar as decisões do parlamento.

Vale ressaltar que o conceito de estratégia adotado no presente estudo é fruto de uma adaptação do conceito de *repertoire of contention* de Charles Tilly (1992). Para o autor, quando há a ocorrência de uma ação coletiva, os ativistas estão continuamente realizando experiências e combinando diferentes formas tanto de organização, de expressar demandas e angariar apoio.

Para isso, foi realizado um estudo das publicações realizadas nas páginas das referidas redes sociais *onlines* do MBL nos dias 30 e 31 de outubro de 2017 sobre o Projeto de Lei a ser votado no Senado Federal em 31 de outubro do mesmo ano, o qual versa sobre o transporte privado individual de passageiros.

A análise se subdividiu em duas partes. Primeiro, foi realizada uma análise das publicações no Facebook a partir do próprio perfil do movimento, assim como no Twitter e no

Instagram. Segundo, foram contabilizadas as interações no Facebook (“reações”, “curtidas” e “compartilhamentos”), no Twitter (“likes” e “retwitters”) e no Instagram (“likes” e “comentários”) através de um aplicativo de monitoramento de redes sociais da internet, amplamente utilizado para realizar pesquisas no setor de marketing, denominado “quintly”, com o intuito de verificar a repercussão das postagens em cada uma das redes sociais digitais.

A pesquisa contribui com os estudos sobre movimentos sociais ao demonstrar a interação entre eles e o Estado, desvendando estratégias para influenciar o poder público. Ademais, aborda-se um dos principais movimentos sociais contemporâneos no Brasil, demonstrando o quanto suas interações e modos de atuação não são apartidárias ou distantes do Estado, como o próprio movimento prega. Quando seus interesses são postos à prova, a principal estratégia do movimento é justamente estimular que seus seguidores pressionem políticos eleitos.

DEFINIÇÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS E A CENTRALIDADE DAS REDES

Não há uma definição sobre os movimentos sociais, e sim diversas interpretações que mudam de acordo com a teoria, autor e períodos demarcados. No entanto, duas correntes de análises contemporâneas ganharam destaque na explicação sobre as características e o surgimento dos movimentos sociais: a teoria dos novos movimentos sociais (MELUCCI, 1980; 1989; TOURAIN, 2003; 2006) e a teoria do confronto político (McADAM; TARROW; TILLY, 2009; TARROW, 2009).

A partir do estudo dos movimentos sociais surgidos na Europa e nos Estados Unidos, em especial na década de 1960, os teóricos dos novos movimentos sociais explicaram que não se tratavam mais de movimentos sociais clássicos, uma vez que tinham como pauta questões relacionadas à cultura (por exemplo, movimentos de mulheres, gays, jovens, ambientalistas e de contracultura). Os movimentos sociais seriam formas particularistas de resistência, apresentando motivações eminentemente simbólicas e que girariam em torno da construção ou o reconhecimento de identidades coletivas. Embora a luta de classe não seja central nessa interpretação de movimentos identitárias, a teoria dos novos movimentos sociais acentua a importância da autonomia dos movimentos sociais frente ao Estado (MELUCCI, 1980) dificultando olhares e estudos justamente sobre essa interação.

Já a teoria do confronto político destaca o confronto como uma das principais características dos movimentos sociais. Conforme Tarrow (2009), os movimentos sociais são compreendidos como “desafios coletivos baseados em objetivos comuns e solidariedade social numa interação sustentada com as elites, opositores e autoridades” (2009, p. 21). Percebe-se que o autor atribui uma posição conflituosa subjacente à relação entre opositores e autoridades. O governo, como agente estatal, surgiria como organização que controla os meios de coerção em determinado território, logo, os movimentos sociais se desenvolveriam dentro dos limites impostos pelo Estado (McADAM; TARROW; TILLY, 2009).

Ainda segundo a corrente do confronto político, a mobilização social não pode ser compreendida de modo alheio às especificidades dos contextos social e político. O sistema

político muda e modifica o ambiente em que os atores sociais atuam, influenciando o início, o desenvolvimento e os resultados da ação coletiva. Assim, são os fatores políticos que explicam, porque a ação coletiva emerge em alguns lugares e épocas e não em outros. O Estado é o ator central dentro dessa teoria.

Quando ocorre uma ação coletiva, os ativistas além de escolherem as técnicas e práticas já realizadas as quais possuem legitimidade tanto social como política, os atores que realização essa ação coletiva estão continuamente experimentando e combinando diferentes formas de organização, de expressar demandas e angariar apoio (TILLY, 1992).

Tilly (1992) utilizou essa premissa a fim de analisar as escolhas empregadas pelos movimentos no que se refere à forma da ação coletiva e o denominou de *repertoire of contention*. Nessa pesquisa, será adaptado esse conceito a fim de definir o termo “estratégia política dos movimentos sociais”.

Tanto a teoria dos novos movimentos sociais quanto a teoria do confronto político não desenvolvem a análise sobre a interação entre Estado e movimentos sociais. De um lado a teoria dos novos movimentos sociais enfatiza a questão identitária e a autonomia dos movimentos perante o Estado, de outro, a teoria do confronto político destaca o Estado como opositor. Para desvendar a inter-relação entre Estado e movimentos sociais, estudos recentes têm focado nas interações empíricas ocorridas no Brasil (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014; ABERS; VON BÜLOW, 2011; DOWBOR, 2012; LAVALLE; SZWAKO; 2015; LAVALLE *et al.*, 2017) além de sugerirem aportes teóricos, como a análise de redes (ABERS; VON BÜLOW, 2011).

Nessa perspectiva, as redes sociais têm sido fundamentais para se compreender movimentos sociais. De forma ampla, onde existir pessoas realizando troca de informações, existe uma rede social. Nas ciências exatas e biológicas a terminologia redes é antiga, porém tem ganhado bastante relevo nos últimos tempos nas ciências humanas como instrumento de análise de políticas sociais ou redes de mobilização na sociedade (GOHN, 2008).

Nos estudos sobre movimentos sociais, a rede, inclusive, é considerada como um fator central para a definição de um movimento social, conforme Diani e Bison (2010). Segundo os autores, um movimento social é constituído pela identidade comum (característica central na teoria dos novos movimentos sociais), pelo conflito (destaque na teoria do processo político ou confronto político) e pelas redes. Os autores definem movimentos sociais como redes de interações informais formadas por uma pluralidade de indivíduos, grupos ou associações que tem uma identidade coletiva e se engaja em um conflito político ou cultural.

Em tempos mais recentes, os estudos sobre as redes sociais que se estabelecem no meio virtual, as redes sociais digitais, tem como referência a obra de Castells (2013). O autor interpreta as mobilizações ocorridas no mundo árabe, na Espanha e nos EUA, enfatizando as conexões existentes entre os diferentes eventos e como as comunidades virtuais possibilitaram a ocupação de espaços públicos por milhares de manifestantes. As redes de comunicação permitem a difusão de ideias levando a mobilizações simultâneas em vários locais.

A importância da mobilização feita na internet já vem ganhado destaque nas teorias e práticas dos movimentos sociais. Conforme Recuero (2012), a articulação de qualquer movimento por meio da internet facilita a disseminação de conteúdo e a sua visibilidade. A internet é um ambiente no qual as pessoas se agrupam baseadas em afinidades, e não por imposição geográfica, possibilitando a chegada cada vez rápida de conteúdo, facilitando assim as mobilizações em prol de uma causa política.

No Brasil, a principal referência dos estudos sobre redes é a pesquisadora Ilse Scherer-Warren. Ao refletir sobre a densidade e as redes associativas, Scherer-Warren (2003) explica que em um primeiro nível está o associativismo local: associações civis, movimentos comunitários e sujeitos sociais envolvidos com causas sociais ou culturais do cotidiano, ou voltados a essas bases, como são algumas Organizações Não-Governamentais (ONGs), o terceiro setor. Em um segundo nível, encontram-se as formas de articulação inter-organizacionais (os fóruns da sociedade civil, as associações nacionais de ONGs e as redes de redes, que buscam se relacionar entre si para o empoderamento da sociedade civil, representando organizações e movimentos do associativismo local). É através dessas formas de mediação que se dá a interlocução e as parcerias mais institucionalizadas entre a sociedade civil e o Estado. Já em um terceiro nível organizacional estão as mobilizações na esfera pública, fruto da articulação de atores dos movimentos sociais localizados, das ONGs, dos fóruns e redes.

Ainda conforme a autora (2003, p. 113), as redes de movimentos sociais pressupõem “a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas” e assim aproximam atores sociais diversificados possibilitando o diálogo, permitindo, em última instância, os movimentos sociais passarem da defesa de um sujeito identitários único à defesa de um sujeito plural. Ademais, as redes estão delineadas por situações de poder, conflito, além de possibilidades de solidariedade, de reciprocidade e de compartilhamento (SCHERER-WARREN, 2003).

Para os propósitos do presente estudo, as teorias que consideram as redes entre movimentos sociais e Estado são utilizadas por superar uma visão dicotômica entre Estado e sociedade civil permitindo o estudo da influência dos movimentos sociais no Estado e da presença de membros do Estado nos movimentos.

INTER-RELAÇÕES ENTRE MOVIMENTOS SOCIAIS E ESTADO NO BRASIL

O processo de entrelaçamento entre Estado e movimentos sociais no Brasil não é novo e se ampliou após a redemocratização na década de 1980, quando houve o aumento da interação entre os atores societais e autoridades legislativas, executivas e judiciárias (LAVALLE; SZWAKO, 2015).

Especificamente, a Constituição de 1988 determinou a participação dos cidadãos nas políticas públicas. Nas normatizações sobre a Saúde (Artigo 198) e Assistência Social

(artigo 204). Tais determinações impulsionaram a multiplicação das instituições participativas como os Conselhos Gestores de Políticas Públicas.

Sabe-se que as duas formas de entrelaçamento entre sociedade civil e Estado (as instituições de participação e a execução de políticas públicas pelas Organizações Sociais¹) não são iguais. O conceito de projeto político (DAGNINO, 2004) num sentido próximo da visão gramisciniana, por se referir às crenças que orientam a ação política, auxilia nessa distinção. O projeto político que embasa a luta da sociedade civil para construir políticas públicas baseia-se na ideia de democratização do Estado e culmina nas instituições de participação, tais como os Conselhos Gestores. Já o projeto político envolvido na ampliação das parcerias entre Estado e Organizações Sociais pressupõe a diminuição do Estado com a transferência de serviços públicos para a sociedade civil. Logo, faz parte de um projeto de estado neoliberal.

Acrescenta-se a esses movimentos de maior inter-relações entre Estado e sociedade civil a eleição de um presidente oriundo do movimento social e filiado a um partido político próximo da sociedade civil: o ex-presidente Lula, do Partido dos Trabalhadores (PT), eleito presidente em janeiro de 2003 e permanecendo no cargo até janeiro de 2011, quando foi substituído pela ex-presidente Dilma Rousseff, também filiada ao PT, que ficou no cargo até agosto de 2016. A eleição do governo petista possibilitou ainda mais interlocução entre movimentos e Estado, culminado em mais instituições de participação e políticas públicas feitas com a participação de movimentos sociais.

Na academia, pelo menos desde o início dos anos de 1980 e nos últimos anos, grande número de estudiosos tem procurado analisar a participação de ativistas em arenas de formulação e implementação de políticas públicas (ABERS; VON BÜLOW, 2011). Dentre esses estudos, Abers, Serafim e Tatagiba (2014) identificam quatro rotinas comuns de interação entre Estado e movimentos sociais. A primeira delas recebe o nome de “protestos e ação direta”, que ocorre basicamente quando há a pressão dos movimentos nos atores estatais através da demonstração da capacidade de mobilização. A segunda rotina é denominada de “participação institucionalizada” quando há uma comunicação previamente estabelecida e oficialmente sancionada, guiada por regras aceitas pelos envolvidos. A terceira rotina elencada por Abers, Serafim e Tatagiba (2014) foi denominada de “política da proximidade” e se reporta à interação fomentada através de contatos pessoais entre atores do Estado e dos movimentos sociais. Ou seja, essas relações apresentam características clientelistas, uma vez que os militantes negociam com detentores do poder estatal, tanto do Legislativo quanto do Executivo. Essa política, geralmente é tratada como *lobby*. E, por fim, a quarta rotina chama-se “ocupação de cargos na burocracia” e alude a estratégia de alguns movimentos os quais objetivam ocupar cargos no governo.

Outras pesquisas abordam a interação entre Estado e movimentos sociais, como por exemplo, o movimento ambiental brasileiro (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007) e o movimento sanitário ao longo de 30 anos (DOWBOR, 2012). É possível perceber nessas

¹ Organizações sociais são formas de organização públicas não-estatais, constituídas por associações civis sem fins-lucrativos as quais almejam absorver atividades públicas, portanto, são orientadas para o atendimento do interesse público, a partir de uma qualificação específica e não são propriedade de nenhum indivíduo ou grupo (BRESSER-PEREIRA, 1997).

pesquisas os diversos tipos de interlocução entre o poder público e movimentos sociais, tais como: criação de órgãos públicos, penetração de ativistas em cargos políticos, aprimoramento de locais de participação como Conselhos Gestores e Orçamentos Participativos etc.

Em suma, os movimentos sociais não necessariamente se engajam em atividades que implicam uma relação de conflito entre os detentores do poder, além disso, há uma pluralidade de formas de relação entre movimentos e Estado (LAVALLE *et al.*, 2017), incluindo os movimentos sociais mais recentes no Brasil, que surgiram em um contexto de forte mobilização por meio das redes sociais na internet, mas que continuam a ter diálogo constante com os atores estatais e governamentais, como é o objeto desta análise, o Movimento Brasil Livre (MBL).

O MOVIMENTO BRASIL LIVRE (MBL)

O Movimento Brasil Livre (MBL) teve importante atuação nos protestos que levaram ao impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff em 2016. Aliás, uma das suas principais práticas é o ataque aos governos petistas e ideários que os movimentos consideram serem próximos da esquerda. A organização se define como: “[...] uma entidade sem fins lucrativos que visa mobilizar cidadãos em favor de uma sociedade mais livre, justa e próspera. Defendemos a Democracia, a República, a Liberdade de Expressão e de Imprensa, o Livre Mercado, a Redução do Estado, Redução da Burocracia” (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2014).

O movimento surgiu em 2014 a partir do grupo Estudantes pela Liberdade (EPL). Esse grupo é uma organização estudantil internacional, fundada em 2008 nos Estados Unidos, apoiada por grupos empresariais. Seu perfil ideológico é uma conjugação de pensamentos liberais e proposições consideradas dos libertários, assim, apresenta propostas liberais com relação ao papel do Estado na economia e papel do mercado, como privatizações, Estado mínimo e fim do financiamento de políticas públicas redistributivas. O Grupo de Estudantes da Liberdade ingressou no Brasil em 2012, e em 2014, o líder fundador do Movimento Brasil Livre, Kim Kataguiri, articulou a presença do EPL nas ruas (GOHN, 2017). A finalidade do Movimento é assim expressa no seu Manual de Instruções (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2015, p. 12):

Art. 2º - O Movimento Brasil Livre tem por finalidade apoiar e desenvolver ações para a defesa, elevação e manutenção da qualidade de vida do ser humano bem como o fortalecimento da democracia brasileira, através de atividades de divulgação de ideias liberais, promoção de simpósios e eventos, publicação de livros, organização de manifestações e formulação de políticas públicas.

Seus princípios norteadores, ainda segundo o Manual de Instruções do MBL (2015), são: a autonomia do indivíduo e liberdade contratual, livre iniciativa, primazia do indivíduo e da sociedade sobre o Estado, livre mercado, respeito à propriedade privada, eficiência,

inovação, transparência, meritocracia, ao Estado de Direito, democracia representativa, federalismo e visão de longo prazo. Os valores que perpassam suas ações são: liberdade e responsabilidade, paz e proteção a direitos individuais, livre iniciativa e empreendedorismo, incentivo ao trabalho e respeito à propriedade privada, igualdade perante a lei e democracia. Embora o movimento pontue diversas vezes a liberdade individual como central em seu programa, o mesmo utiliza várias ferramentas para influenciar a opinião pública e os políticos eleitos.

De modo geral, o MBL utiliza ferramentas *online* como um site, um canal no YouTube e atua nas redes sociais com perfis no Facebook, Twitter e Instagram. A internet é utilizada pelo movimento como um importante meio de convocar protestos e manter contato com aqueles que apoiam suas iniciativas. Além de meios *online*, o movimento realiza panfletagens, colagens de cartazes e aulas públicas como meio de divulgação de sua agenda de protestos (SOUZA; MESSIAS; ESPIÑEIRA, 2017).

O movimento manteve proximidade com determinados blocos de agremiações e parlamentares, tendo diversos partidos políticos de sua preferência: Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Democratas (DEM), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Verde (PV), Partido Social Cristão (PSC), Partido Novo (NOVO), Partido Republicano Progressista (PRP), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Popular Socialista (PPS), Partido Trabalhista do Brasil (PT do B) e Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB). Por outro lado, recusa a vinculação com: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e Partido da Causa Operária (PCO). O movimento autoriza seus membros a firmarem alianças e coligações com partidos, desde que as ideias do movimento continuem hegemônicas, conforme o manual oficial (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2015).

Já na sua primeira grande reunião, o I Fórum Nacional do Movimento Brasil Livre, realizado em novembro de 2015, ficou expresso que o principal objetivo do MBL era a formulação de uma plataforma política para o ano seguinte (2016) que abarcasse a ampliação de filiais, a formação de lideranças, o lançamento de candidaturas para o ano seguinte e a formulação de políticas públicas de caráter liberal (SOUZA; MESSIAS; ESPIÑEIRA, 2017).

O movimento se aproxima do Estado ao buscar cargos eletivos já nas eleições municipais de 2016, apresentando 46 candidaturas a vereador, um candidato a prefeito e um a vice-prefeito. As candidaturas a vereador ocorreram por meio dos seguintes partidos políticos: DEM, PSDB, PSC, PMDB, Partido Progressista Brasileiro (PP), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Humanista da Solidariedade (PHS) e Partido Trabalhista Nacional (PTN) (SOUZA; MESSIAS; ESPIÑEIRA, 2017). Vale ainda ressaltar que o MBL apoiou candidatos que não faziam parte do movimento, mas que seriam condizentes com seus ideias, tais como: o prefeito eleito João Dória do PSDB em São Paulo, Nelson Marchezan Júnior (PSDB) em Porto Alegre, Marcelo Crivella (Partido Republicano Brasileiro - PRB) no Rio de Janeiro e Orlando Morando (PSDB) em São Bernardo do Campo/SP.

Como resultado das eleições de 2016 a organização elegeu oito representantes no estado de São Paulo. Destaca-se a eleição de um dos principais líderes do movimento,

Fernando Holiday que se elegeu como vereador na cidade de São Paulo pelo DEM. Além de Holiday, tomaram posse os seguintes vereadores em São Paulo: Marcelo Merche e Carolina Gomes, ambos pelo PSDB. No Rio Grande do Sul, elegeram-se Romino Rosário e Leonardo Braga, também pelo PSDB. No Paraná, Filipe Barros foi eleito pelo PRB e Homeno Marchese pelo PV. Por fim, em Sergipe, Emilia Correa foi eleita pelo Partido Ecológico Nacional (PEN). Para um movimento recente, a conquista de uma vaga no legislativo na capital paulista e duas outras vagas em grandes capitais brasileiras representa um significado político relevante para a continuidade dos projetos do MBL (SOUZA; MESSIAS; ESPIÑEIRA, 2017).

Portanto, o Movimento Brasil Livre atua em duas frentes: nas ruas, convocando manifestações e, na arena eleitoral, elegendo e apoiando candidatos. Ainda, assim, como salientam Souza, Messias e Espiñeira (2017), não há uma fronteira clara com respeito à relação entre o movimento e o Estado. Essa falta de clareza é alimentada pela falsa ideia de que o MBL é apartidário e de que os movimentos sociais são autônomos em relação ao Estado.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Partindo do exposto, este artigo se foca no MBL em razão de ser pouco estudado. Trata-se, portanto, de uma pesquisa exploratória e descritiva, com o objetivo de descrever as estratégias utilizadas pelo movimento para influenciar as decisões dos políticos eleitos.

O MBL foi escolhido como objeto de análise, principalmente, por se tratar de um movimento que não só se relaciona, mas alega declaradamente interferir nas decisões parlamentares. Ao defender alguns partidos em detrimento de outros, percebe-se claramente que o movimento não está apartado da política parlamentar e nem tem essa intenção. Sua intenção em influenciar a política parlamentar é notória desde suas primeiras ações. Aliás, o movimento ganhou notoriedade e adeptos nas mobilizações em prol do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. Inclusive, o MBL deixa bem claro que a ocupação de espaços no legislativo é de suma importância para o movimento (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2015). Por fim, o movimento vem utilizando novas estratégias para a mobilização social, dentre as quais destacam-se a presença nas redes sociais digitais.

A análise sobre a redes de relações entre o movimento social e os representantes parlamentares foi realizada no espaço virtual. A rede social *online* é um espaço de constituição de sujeitos, tendo em vista que se veicula aquilo que é, ou aquilo que se almeja ser, realizando uma união com base no pertencimento. As postagens trazem a possibilidade de acréscimo de comentários, de compartilhamentos de informação e ainda possibilita “curtir” publicações de amigos, esse último ato representa a aprovação de algum conteúdo divulgado (CARVALHO; KRAMER, 2013).

As ações “curtir”, “compartilhar” e “comentar” estabelecem uma identificação entre o usuário e a postagem escolhida. Em outras palavras, há um compartilhamento de valores entre o usuário e a postagem, refletindo assim, valores históricos, sociais e ideológicos dos

usuários da rede social digital (REIS, 2015). As redes sociais não só tornam públicas as conexões, como também proporcionam que os laços sociais (interações e relações) representados nos mapas se tornem mais permanentes, menos fluidos e mais estáveis (RECUERO; BASTOS; ZAGO, 2015).

Para esta análise, escolheu-se uma questão de interesse do movimento. Nesse caso, optou-se por se analisar a atuação o MBL em relação ao Projeto de Lei Complementar que restringe a atividade das empresas de transporte por aplicativo de celular no Brasil (PLC 28/2017) proposto pelo Deputado Federal Carlos Zarattini do PT de São Paulo, com o objetivo de regulamentar o transporte privado individual de passageiros, abrangendo todos os municípios do país e o Distrito Federal. O projeto propõe que o motorista deverá conduzir veículos que atendam aos requisitos de idade máxima e as especificidades exigidas tanto pela autoridade de trânsito, como pelo poder público municipal e do Distrito Federal. Além disso, o motorista deverá possuir e portar autorização específica emitida pelo poder público municipal ou do Distrito Federal do local da prestação do serviço autorizado e deverá emitir e manter o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) no município da prestação do serviço público, de forma obrigatória em seu nome, como proprietário, fiduciante ou arrendatário, contendo registo e emplacamento do veículo na categoria aluguel.

Além de ser um projeto de suma importância, pois toca na possibilidade de continuidade e de utilização de aplicativos como o Uber, esse projeto de Lei Complementar foi escolhido em razão de ter sido a última grande movimentação realizada nas redes sociais pelo movimento com objetivo de interferir nas votações dos parlamentares na época da realização do estudo.

A pesquisa contou com procedimentos metodológicos qualitativos e quantitativo e a análise se subdividiu em duas fases. Na primeira fase, inicialmente, no Facebook, através do programa “quintly”, foram coletadas 1128 publicações referentes ao mês de outubro e analisadas quais se referiam ao PLC 28/2017, resultando em 75 posts. No Twitter, foram coletados 538 publicações referentes ao mês de outubro e também analisados quais posts se referiam ao Projeto de Lei Complementar, resultado em 64 postagens, e por fim, no Instagram, foram coletadas 56 publicações, sendo que 10 dessas referenciam-se ao PCL 28/2017. Posteriormente, foi realizada uma análise dessas 149 publicações realizadas nas três redes sociais digitais, objetivando desvendar as estratégias utilizadas pelo movimento pra influir na votação.

Na segunda fase foram contabilizados no Facebook as interações (“reações” + “curtidas” + “compartilhamentos”) das 75 publicações referentes ao Projeto de Lei Complementar 28/2017, no Twitter, os “likes” e “retwitters” das 64 publicações e no Instagram “likes” e “comentários” dos 10 “posts” também através do programa “quintly”, com o intuito de verificar a repercussão dos “posts” em cada uma das redes sociais. Sendo, por fim, destacadas as 05 publicações das três redes sociais que obtiveram maior número de interações no Facebook, “likes” e “retwitters” no Twitter e “curtidas” e “comentários” no Instagram.

A análise das publicações sobre o Projeto foi realizada com base na transcrição de parte dos vídeos produzidos pelo próprio Movimento Brasil Livre, de imagens e textos difundidos de forma pública pelo movimento. Após o exame dessas publicações, foi possível

sistematizar as estratégias utilizadas pelo movimento para influenciar os políticos eleitos acerca de um projeto do seu interesse.

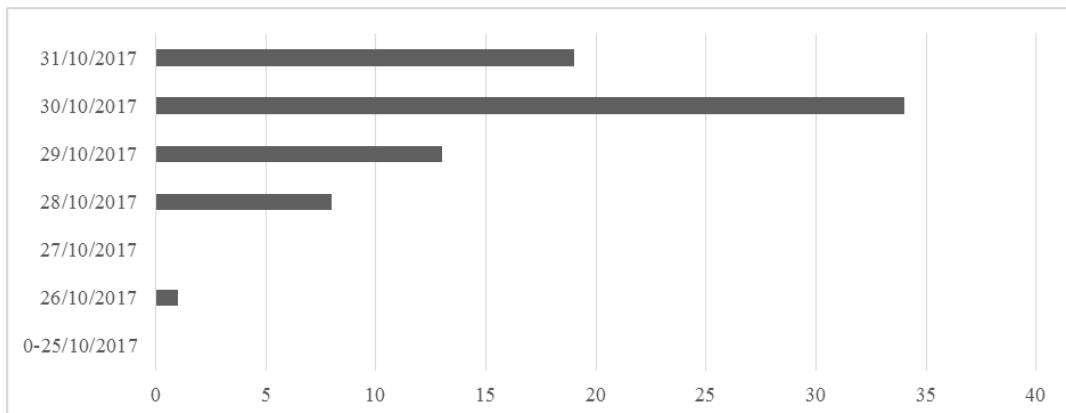
RESULTADOS

O Movimento Brasil Livre se utiliza de estratégias via internet para influenciar o poder público. Tais estratégias foram captadas a partir da análise das postagens do movimento em relação ao Projeto de Lei Complementar que regulamenta o transporte individual de passageiros (PLC 28/2017) o qual seria votado no Senado Federal no dia 31 de outubro de 2017.

Análise das publicações sobre o PLC 28/2017 no Facebook

No mês de outubro de 2017 foram contabilizadas 75 postagens na página oficial do Movimento Brasil Livre referentes ao referido Projeto de Lei Complementar. Dessa quantidade, 01 foi publicada no dia 26, 08 no dia 28, 13 no dia 29, 34 no dia 30 e 19 no dia 31, conforme o Gráfico 1:

Gráfico 1 - Número de Publicações sobre o PLC 28/2017 em outubro de 2017 no Facebook



Fonte: Elaborado com base nos dados da página do Movimento Brasil Livre no Facebook (2017).

O gráfico 1 demonstra o quanto as publicações vão crescendo com a proximidade de votação do projeto (dia 31) como no dia anterior da votação (dia 30/10/2017). Nesse caso a estratégia do MBL foi concentrar as publicações no dia da votação e nos quatro dias que antecederam a votação.

Além dessa estratégia temporal, com a análise de vídeos que o movimento publicou em sua página é possível entender mais suas principais estratégias para influenciar a votação do Senado.

O movimento publicou vídeo no dia 28 de outubro de 2017, no qual demonstra como o Projeto, caso aprovado, prejudicará um grande número de pessoas e incentiva os seus seguidores à pressionarem os senadores a fim de que o Projeto não seja aprovado.

No dia 29 de outubro foi publicado um vídeo pelo ativista intitulado “Mamaefalei”, o qual expõe os pontos que o MBL não concorda com o Projeto como a obrigatoriedade do uso de placas vermelhas pelos condutores de veículos que trabalham através de aplicativos de transporte individual de passageiros, e as limitações de trânsito dos motoristas do aplicativo “Uber” em determinadas regiões, o ativista defende que a Lei Complementar 28 de 2017 gerará desemprego e retrocesso no país. Além disso, foi realizado um pedido aos seguidores da página para que entrassem no site “leidoretrocesso.com” e assinassem uma petição contra o referido Projeto de Lei. Por fim, pediu aos internautas para que enviassem e-mails aos senadores pressionando para que votassem contra a PLC 28/2017.

No mesmo sentido, em sete publicações foi possível verificar pedidos do MBL para que os seguidores da página enviassem e-mails e/ou realizassem ligações para senadores, expressos nas seguintes frases: “Peça ajuda do seu senador para barrar esse atraso” e “pressão neles”. Vale ressaltar que cada publicação trazia a foto do senador, partido, Estado, telefone e e-mail.

Outras estratégias foram vídeos de Kim Kataguiri e Fernando Holiday (nomes da liderança do movimento) argumentando contra o Projeto de Lei que regula o transporte privado individual de passageiros e pedindo para que os seguidores da página oficial pressionassem os senadores a votarem contra o Projeto.

Quadro 1 - Publicações sobre PLC 28/2017 que obtiveram os 05 maiores números de interações no Facebook

Posição	Publicações	Nº de “interações”
1º	Vídeo publicado no dia 28/10/2017 com a seguinte legenda: "Pobre tem que se conformar que é pobre", é com essa frase que o presidente de um sindicato de taxistas de São Paulo justifica a proibição dos aplicativos de transporte, que baratearam as corridas em todo o Brasil onde chegaram [...] Mande emails e pressione seu senador para impedir que isso aconteça".	46.419
2º	Vídeo publicado no dia 30/10/2017 com a seguinte legenda: “URGENTE! Não teremos votos suficientes! Provavelmente, UBER, Cabify e 99Taxi acabam amanhã! COMPARTILHE esse vídeo e nos ajude [...]!”	29.962
3º	Vídeo publicado 29/10/2017 com a seguinte legenda: “O Senado Federal votará nessa semana um projeto de lei que colocará diversas barreiras para o funcionamento dos aplicativos de transporte no Brasil [...] Pressione seu senador. #LeiDoRetrocesso #NãoAoPLC28”	26.350
4º	Vídeo publicado dia 31/10/2017 com votação “ao vivo” no Senado Federal da PLC 28/2017	24.342
5º	Imagen publicada dia 30/10/2017 com lista de 16 Senadores que votaram contra a PLC 28/2017.	23.656

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados fornecidos pelo aplicativo “quintly”.

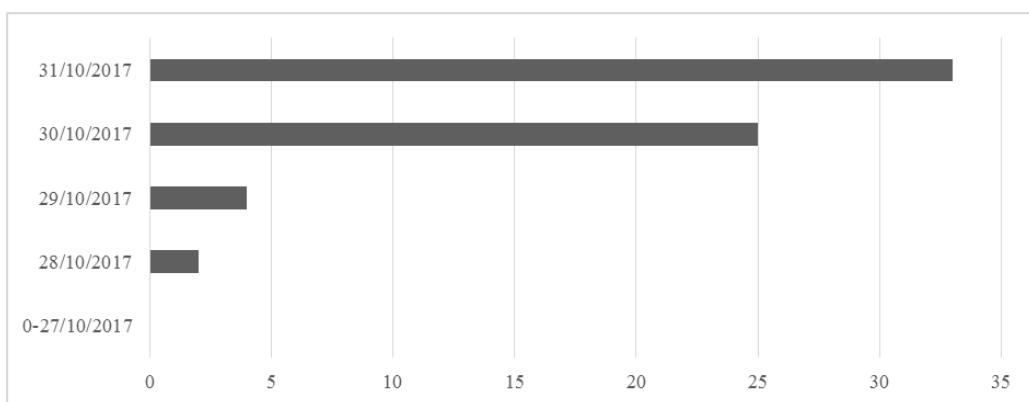
A estratégia que auferiu mais repercussão de acordo com a quantidade de inte-

rações (“reações” + “curtidas” + “comentários”) foi um vídeo publicado no dia 28/10/2017 incentivando os seguidores a mandar emails aos senadores a fim de que a Projeto de Lei Complementar 27/2017 não seja aprovado com 46.419 interações, conforme Quadro 1.

Análise das publicações sobre o PLC 28/2017 no Twitter

No mês de outubro de 2017 foram contabilizadas 64 postagens na página oficial do Movimento Brasil Livre no Twitter referentes ao referido Projeto de Lei Complementar. Dessa quantidade, 02 foi publicada no dia 28, 04 no dia 29, 25 no dia 30, 33 no dia 31, conforme o Gráfico 2:

Gráfico 2 - Número de Publicações sobre o PLC 28/2017 em outubro de 2017 no Twitter



Fonte: Elaborado com base nos dados da página do Movimento Brasil Livre no Twitter (2017).

O gráfico 2 demonstra o quanto as publicações vão crescendo com a proximidade de votação do projeto (dia 31) como no dia anterior da votação (dia 30/10/2017). Nesse caso a estratégia do MBL foi concentrar as publicações no dia da votação e nos três dias que antecederam.

Além dessa estratégia temporal, houve quatro publicações com nomes de senadores, estados que representam, partidos, números do telefone e e-mails, separados por Estados (Alagoas, Acre, Minhas Gerais e Rio de Janeiro) ambicionando que os seguidores do perfil pressionassem para que votassem contra o projeto de lei que regulamenta o transporte particular individual de passageiros.

Ademais, foi publicado um vídeo no qual apontou quais pontos o Movimento não concordava com relação ao referido Projeto de Lei Complementar e por fim, apresentou um pedido de pressão aos senadores por email, para que votassem contra o Projeto que regula o transporte privado individual de passageiros.

Quadro 2 - Publicações sobre PLC 28/2017 que obtiveram os 05 maiores números de “retwitters” e “likes” no Twitter

Posição	Publicações	Nº de “retwitters”	Nº de “likes”
1º	Vídeo publicado no dia 28/10/2017 com a seguinte legenda:” Pobre tem que se conformar que é pobre”, é com essa frase que o presidente de um sindicato de taxistas de São Paulo justifica a proibição dos aplicativos de transporte, que baratearam o as corridas em todo o Brasil onde chegaram [...] Mande emails e pressione seu senador para impedir que isso aconteça”.	2.598	3.706
2º	Frase publicada dia 30/10/2017: “O Uber manda dinheiro para fora do país”, falou o sujeito que apoia envio de dinheiro para Cuba e Venezuela”.	1.019	2.986
3º	Frase publicada dia 31/10/2017: “@gleisi achando um absurdo o Uber levar 25% do motorista. Ela apoia o Mais médicos, que leva 90%, fora todos os absurdos #NAOAOPLC28”.	1.348	2.831
4º	Frase “retwittada” de @flavix, publicada dia 30/10/2017: “O Uber é um trabalho escravo que o pobre escravo trabalha com o próprio carro quando quiser, por quanto tempo quiser e se quiser...”	1.024	2.628
5º	Frase “retwittada” de @visaomacro, publicada dia 31/10/2017: “Meu pai foi taxista por quase 20 anos e nunca conseguiu comprar a própria permissão, o valor chegava a ser o de 2 carros 0k[...]”	753	2.468

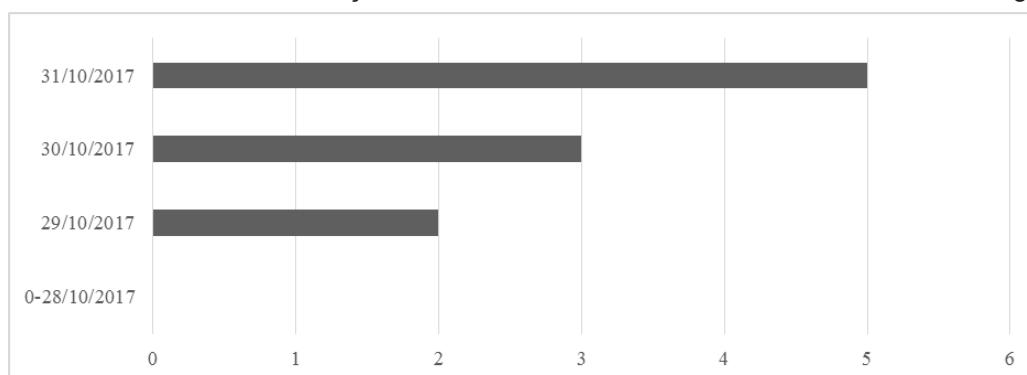
Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados fornecidos pelo aplicativo “quintly”.

A estratégia que auferiu mais repercussão de acordo com a quantidade tanto de “retwitters” como de “likes” foi um vídeo publicado no dia 28/10/2017 incentivando os seguidores a mandar emails aos senadores a fim de que a Projeto de Lei Complementar 27/2017 não seja aprovado, mesmo vídeo que alcançou a maior repercussão no Facebook, com 2.598 “retwitters” e 3.706 “likes”, conforme Quadro 2.

Análise das publicações sobre o PLC 28/2017 no Instagram

No mês de outubro de 2017 foram contabilizadas 10 postagens na página oficial do Movimento Brasil Livre no Instagram referentes ao referido Projeto de Lei Complementar. Desse quantitade, 02 foi publicada no dia 29, 03 no dia 30, 05 no dia 31, conforme o Gráfico 3:

Gráfico 3 - Número de Publicações sobre o PLC 28/2017 em outubro de 2017 no Instagram



Fonte: Elaborado com base nos dados da página do Movimento Brasil Livre no Instagram (2017).

O gráfico 3 demostra o quanto as publicações vão crescendo com a proximidade de votação do projeto (dia 31) como nos dias anteriores da votação (dia 29 e 30/10/2017). Nesse caso a estratégia do MBL foi concentrar as publicações no dia da votação e nos dois dias que antecederam.

Além da estratégia temporal o movimento apresentou através de uma imagem um apelo à base de Michel Temer, Presidente da República, para que votasse contra o Projeto de Lei Complementar 28 de 2017 e também estimulou os “presidenciáveis” a se posicionassem com relação ao Projeto.

Ademais, também o movimento também postou um vídeo no dia 29/10/2017, estimulando os seguidores da página a pressionarem os senadores por meio de email a fim de que votassem contra o Projeto de Lei Complementar 28 de 2017.

Quadro 3 - Publicações sobre PLC 28/2017 que obtiveram os 05 maiores números de “curtidas” no Instagram

Posição	Publicações	Nº de “curtidas”
1º	Imagen publicada no dia 30/10/2017 contendo fotos de senadores a seguinte frase: “esses senadores já confirmaram que votarão contra o aplicativo de transporte”.	8.833
2º	Imagen publicada no dia 31/10/2017 contendo a seguinte frase: “curta se você não aguenta mais o Estado interferindo nas nossas vidas, não ao retrocesso”.	7.625
3º	Imagen publicada no dia 29/10/2017 contendo a seguinte frase: “porque o governo sempre tem que acabar com a livre iniciativa quando algo dá certo?”.	5.384
4º	Imagen publicada no dia 31/10/2017 contendo a seguinte frase: “Gleisi Hoffmann quer burocratizar o uber porque o aplicativo cobra 25% do que os motoristas ganham, espera só até ela descobrir que o governo cobra de 40% de impostos do povo”	5.217
5º	Imagen publicada no dia 30/10/2017 contendo a seguinte frase: “onde estão os presidenciáveis para se posicionar sobre o fim dos aplicativos de transporte?”	4.783

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados fornecidos pelo aplicativo “quintly”.

A estratégia que conseguiu alcançar mais repercussão de acordo com a quantidade de “curtidas” foi uma imagem publicada no dia 30/10/2017 estimulando os “presidenciáveis” a se posicionarem a respeito do PLC 28/2017 com 4.783 “curtidas”, de acordo com Quadro 3, e em relação ao número de “comentários” foi exatamente o mesmo vídeo exposto tanto no Facebook como no Twitter incentivando os seguidores a mandar emails aos senadores a fim de que a Projeto de Lei Complementar 27/2017 não fosse aprovado com 519 comentários, de acordo com o Quadro 4.

Quadro 4 - Publicações sobre PLC 28/2017 que obtiveram os 05 maiores números de “comentários” no Instagram

Posição	Publicações	Nº de “comentários”
1º	Vídeo publicado no dia 29/10/2017 contendo a seguinte frase: “‘pobre tem que se conformar que é pobre’ diz sindicalista anti-uber”.	519
2º	Imagen publicada no dia 30/10/2017 contendo fotos de senadores a seguinte frase: “esses senadores já confirmaram que votarão contra o aplicativo de transporte”.	431
3º	Imagen publicada no dia 30/10/2017 contendo a seguinte frase: “onde estão os presidenciáveis para se posicionar sobre o fim dos aplicativos de transporte?”	309
4º	Imagen publicada no dia 31/10/2017 contendo a seguinte frase: “Gleisi Hoffmann quer burocratizar o uber porque o aplicativo cobra 25% do que os motoristas ganham, espera só até ela descobrir que o governo cobra de 40% de impostos do povo”	143
5º	Imagen publicada no dia 31/10/2017 com a seguinte frase: “Ur-gente, o senado federal aprova a PLC 28 com emendas[...]”	139

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados fornecidos pelo aplicativo “quintly”.

CONCLUSÃO

No Brasil tem ganhado fôlego os trabalhos que examinam as inter-relações entre Estado e sociedade civil (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007; DOWBOR, 2012; ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014) superando uma visão dicotômica sobre ambas as esferas. Dentro dessa seara, ganha relevo a ideia de redes, ou seja, de entrelaçamento entre movimentos sociais e Estado (SCHERER-WARREN; LUCHMANN, 2004) com destaque para as redes estabelecidas na esfera digital.

Tais estudos inspiraram a presente investigação sobre o Movimento Brasil Livre e sua interlocução com o Estado através das redes sociais digitais Facebook, Twitter e Instagram, principais meios pelos quais o movimento divulga suas demandas e angaria seus seguidores. Foi feita uma pesquisa no sentido de captar a existência de elos entre o movimento e o Estado por meio da referida rede social *online* e as estratégias utilizadas pelo Movimento Brasil Livre para tentar influenciar o poder público.

O estudo concluiu que o Movimento Brasil Livre utiliza tanto o Facebook, Twitter como o Instagram para influenciar as decisões do parlamento através das seguintes estratégias: publicações de vídeos e fotos com o intuito de que os seguidores do movimento pressionem os políticos a fim de que votem conforme suas orientações. A estratégia que auferiu maior repercussão foi um vídeo estimulando os seguidores a enviarem emails e pressionarem os senadores contra a PLC 28/2017.

Vale ressaltar que não foi possível afirmar que o movimento conseguiu, de fato, influenciar na decisão do Senado Federal, apesar de o Projeto de Lei Complementar que regulamenta os transportes particulares individuais de pessoas ter sido aprovado com 64 votos favoráveis no Senado, com algumas emendas ao Projeto Inicial (emendas essas favoráveis ao objetivo do MBL).

Apesar de não ter sido verificado se de fato em razão da ação do movimento o projeto foi votado a favor dos objetivos do movimento, esses resultados contribuem com a literatura que examina a inter-relação entre Estado e movimentos sociais (ABERS; VON BÜLOW, 2011; LAVALLE; SZWAKO, 2015) apontando como as redes sociais contribuem para dissipar a pseudofronteira entre Estado e sociedade.

Nesse sentido, os estudos sobre o poder das redes sociais digitais e a possibilidade de interlocução entre os movimentos e as instituições e seus representantes, por meio das redes sociais na internet, ainda estão começando e possivelmente revelarão novas formas de fazer política que criando novas formas de interlocução e pressão sobre os políticos.

REFERÊNCIAS

- ABERS, R.; VON BÜLOW, M. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? *Sociologias*, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 52-84, dez. 2011.
- _____; SERAFIM, L; TATAGIBA, L. Repertórios de interação Estado-Sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na era Lula. *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 57, n. 2, p. 325-357, jun. 2014.
- ALONSO, A. Teorias dos movimentos sociais: balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.
- _____; COSTA, V.; MACIEL, D. Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. *Novos Estudos - CEBRAP*, vol. 4, n. 70, p. 151-167, nov. 2007.
- BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal/Centro Gráfico, 1988.
- BRESSER-PEREIRA, L.C. Organizações Sociais. *Cadernos MARÉ de Reforma do Estado*, Caderno 2. Brasília – DF, 1997.
- CARVALHO, N; KRAMER, R. A Linguagem no Facebook. In: SHEPHERED, T. G.; SALIÉS, T. G. (Orgs.). *Linguística na Internet*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 77-92.
- CASTELLS, M. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, D. (Coord.). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: Faces, Universidad Central de Venezuela, 2004, p. 95-110.
- DIANI, M.; BISON, I. Organizações, coalizões e movimentos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 3, p. 220-249, 2010.
- DOWBOR, M. A arte da institucionalização: estratégias de mobilização dos sanitaristas (1974-2006). Doutorado em Ciência Política, Universidade de São Paulo, 2012.

- GOHN, M. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. *Cad. CRH*, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, dez. 2008.
- _____. *Manifestações e protestos no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2017.
- LAVALLE, A.; CARLOS, E.; DOWBOR, M.; SZWAKO, J. *Movimentos Sociais, institucionalização e domínios de agência*. São Paulo: Centro de estudos da metrópole, 2017.
- _____; SZWAKO, J. Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 21, p. 157-187, 2015.
- MACHADO, L. Nacionalismo, não-violência e os novos atores engajados na política contenciosa brasileira: o caso do Movimento Brasil Livre (MBL). *Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)* – PUCRS, Porto Alegre, 2017.
- McADAM, D.; TARROW, S. e TILLY, C. *Para Mapear o confronto político*. Lua Nova, São Paulo, n. 76, p. 11-48, 2009.
- MELLUCI, A. *The new social movements: a theoretical approach*. *Social Science Information*, vol. 19, n. 2, 1980.
- _____. Um objetivo para os movimentos sociais? *Lua Nova*, São Paulo, n. 17, p. 49-66, jun. 1989.
- MOVIMENTO BRASIL LIVRE. *Manual de Instruções para Filiais Municipais*. São Paulo: s.e., 2015. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/277263728/Manual-de-Filiais-do-MBL>. Acesso em: 24 de janeiro de 2018.
- MOVIMENTO BRASIL LIVRE. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/mblivre/about/?ref=f_page_internal. Acesso em 24 de janeiro de 2018.
- REIS, C. *A postagens no Facebook: uma análise dialógica da página de humor “Dilma Bolada”*. *Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa)* – UNESP, Araraquara, 2015.
- RECUERO, R. *A conversação em rede - comunicação mediada pelo computador e redes sociais na Internet*. Porto Alegre: Sulina, 2012.
- _____; BASTOS, M.; ZAGO, G. *Análise de redes para mídia social*. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- SCHERER-WARREN, I. Metodologia de redes no estudo das ações coletivas e movimentos sociais. *Política & Sociedade. Revista de Sociologia Política*, 2003, p. 505-517.
- _____; LÜCHMANN, L. H. H. (Orgs). *Movimentos sociais e engajamento político: trajetórias e tendências analíticas*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.
- SOUZA, C. A; MESSIAS, G.M; ESPIÑEIRA, M. V. Representando as ruas: uma análise (preliminar) do MBL nas eleições de 2016. *Cadernos Adenauer*, Rio de Janeiro, v. XVIII, n. 2, p. 209-230, 2017.

TARROW, S. O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009.

TOURAIN, A. Na fronteira dos movimentos sociais. Soc. Estado, Brasília, v. 21, n. 1, p. 17-28, 2006.

_____. Podemos viver juntos? Iguais e diferentes. Petrópolis: Vozes, 2003.

Aceito em 31/08/2018

SOBRE A AUTORA

Caroline Bandeira de Brito Melo é Bacharela em Direito pela Universidade Federal do Piauí - UFPI, mestrandona Ciência Política na Universidade Federal do Piauí – UFPI. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. E-mail: caroline_bandeira@hotmail.com.

THE BORDER BETWEEN SOCIAL MOVEMENTS AND STATE: STUDY OF THE MOVIMENTO BRASIL LIVRE IN DIGITAL SOCIAL NETWORKS

Abstract: Alongside the theory of new social movements and the theory of political confrontation, a literature emerges that focuses on the existence of social networks in which both state and social movements participate. Based on this premise, the research aims to detect the strategies used by the Movimento Brasil Livre (MBL) in digital social networks (Facebook, Twitter and Instagram) that aim to influence the decision making of the Federal Senate about Projeto de Lei Complementar (PLC) n. 28/2017 which regulates individual private passenger transport. In the analysis, it tried to understand which of the strategies presented more repercussion among the followers. In order to do, first, it carried out an analysis of the publications in the digital social networks of the movement, later, it counted data through an application called "quintly". The results indicate that the Movimento Brasil Livre influences its decisions mainly by publishing photos and videos in which they encourage their followers to press the public power. The study contributes to the research area by unveiling the relationships and strategies of movements that use the Internet as a way to influence the decisions of elected politicians.

Keywords: social movements; digital social networks; Movimento Brasil Livre.

LA FRONTERA ENTRE MOVIMIENTOS SOCIALES Y ESTADO: ESTUDIO DEL MOVIMENTO BRASIL LIVRE EN LAS REDES SOCIALES DIGITALES

Resumen: Al lado de la teoría de los nuevos movimientos sociales y de la teoría del enfrentamiento político surge una literatura que enfoca la existencia de redes sociales en las que participan conjuntamente

Estado y movimientos sociales. En el marco de esta premisa, la investigación tiene como objetivo desvelar las estrategias utilizadas por el Movimiento Brasil Livre (MBL) en las redes sociales digitales (Facebook, Twitter e Instagram) que objetivan influir en la toma de decisiones del Senado Federal acerca del Projeto de Lei Complementar (PLC) n. 28/2017 que regula el transporte privado individual de pasajeros. En el análisis, se buscó comprender cuáles de las estrategias presentaron más repercusión entre los seguidores. Para ello, primero, se realizó un análisis de las publicaciones en las redes sociales digitales del movimiento, posteriormente, se contabilizaron datos a través de una aplicación denominada "quintly". Los resultados indican que el Movimiento Brasil Livre influye en sus decisiones principalmente publicando fotos y videos en que animan a sus seguidores a presionar al poder público. El estudio contribuye con el área de investigación al desvelar las relaciones y estrategias de movimientos que utilizan Internet como forma de influir en las decisiones de políticos elegidos.

Palabras clave: movimientos sociales; redes sociales digitales; Movimento Brasil Livre.